

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUIZ CARLOS KLUSKA

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:  
LEIS DE INCENTIVO À CULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

SÃO BENTO DO SUL

2013

LUIZ CARLOS KLUSKA

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:  
LEIS DE INCENTIVO À CULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Projeto Técnico apresentado ao Departamento de Administração Geral e Aplicada do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública

Orientador: Prof. Dr. Egon Walter Wildauer.

SÃO BENTO DO SUL

2013

## RESUMO

Em 2007 o município de São Bento do Sul criou o Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura. Desde então o setor cultural do município vem se desenvolvendo com o auxílio dos mecanismos disponibilizados pelas leis de incentivo à cultura do município. Em 2013, atendendo a exigências do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, a Fundação Cultural de São Bento do Sul procedeu com uma adequação na Lei 1.942/2007, dispositivo legal que regulamentava as políticas públicas de financiamentos de projetos culturais, resultando na Lei 3.152/2013. Desde 2007, mais de 140 projetos foram financiados com recursos públicos do Fundo Municipal de Cultura e do Mecenato Municipal de Incentivo à Cultura, injetando na economia do município mais de R\$ 1.200.000,00. Este trabalho é o primeiro estudo formal desde a implantação da política pública de financiamento de projetos culturais e tem por objetivo estudar o processo realizado na concessão desses recursos. Assim, propondo um modelo de avaliação para que a Fundação Cultural de São Bento do Sul tenha acesso a uma ferramenta eficaz no acompanhamento dessa política pública, conhecendo seus resultados e readequando, se necessário, os objetivos estabelecidos para política de financiamento de projetos culturais. Imediatamente após um breve histórico sobre as políticas públicas no Brasil e no município são introduzidos conceitos sobre avaliação de políticas públicas e sobre o modelo Marco Lógico, identificado como um modelo adequado ao porte da instituição devido as possibilidades de adaptação aos instrumentos de coletas de dados disponíveis dentro dos processos operacionais. Na sequência, apresentam-se as metodologias aplicadas na determinação das atividades operacionais compreendidas entre o processo de concessão e a prestação de contas destes recursos, bem como, as metodologias utilizadas para determinar e propor o modelo de avaliação. Relatam-se também as análises realizadas nos processos de concessão, execução e prestação de contas de projetos culturais, além de serem pormenorizadas as propostas indicadas para solucionar o problema ao qual este trabalho se propôs a resolver. Ao final, são comentados possíveis problemas que a instituição poderá vir a enfrentar ao implantar a proposta bem como alternativas para driblá-los.

**Palavras-chave:** avaliação, política pública, marco lógico

## ABSTRACT

In 2007 the municipality of Sao Bento do Sul created the Municipal System of Development for Culture. Since then, the cultural sector of the municipality has been developing with the aid of the mechanisms provided by the laws of the culture incentive of the municipality. In 2013, attending to the requirements of the Court of Auditors of the State of Santa Catarina, the Cultural Foundation of São Bento do Sul proceeded with a suitability in Law 1.942/2007, which regulates the public policies of funding cultural projects, resulting in Law 3.152 /2013. Since 2007, more than 140 projects have already been funded with public resources from the Municipal Fund of Culture and of Patronage Municipal Cultural Incentive, injecting into the economy of the municipality more than R\$ 1.200.000,00. This paper is the first formal study since the implementation of the public policy of funding cultural projects and has as objective to study the process carried out in the granting of these resources and at the end, propose a model of evaluation, allowing the Cultural Foundation of São Bento do Sul to have an effective tool in monitoring of such public policy. With the results, the goals established to the policy of funding for cultural projects may be adapted. Immediately after a brief history of the public policies in Brazil and the municipality concepts are introduced about evaluation of public policies and on the Logical Mark model, identified as the appropriate model to the size of the institution because of the possibilities of adapting the instruments of data collection available within the processes. In the sequence, the methodologies applied in the determination of operational activities ranging between the process of granting and the provisions of resources accounts, as well as, the methodologies used to determine and propose the model of evaluation are presented. The analyzes of the processes of granting execution and rendering of accounts of cultural projects in addition to the detailed proposals set out to solve the problem to which this study proposes to solve are reported. At the end, possible problems that the institution may face when deploying the proposal as well as alternatives to dribble them are commented.

**Keywords:** monitoring, public policy, Logical Mark

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1: Ciclo de PEAC interrompido.....	26
Figura 2: Ciclo de gestão interrompido x Ciclo de gestão completo.....	34

## **LISTA DE QUADROS E TABELAS**

Quadro 1: Campos disponíveis no banco de dados de projetos culturais da Fundação Cultural. ....	25
Quadro 2: Propostas de Indicadores e instrumentos de coletas de dados. ....	30
Quadro 3: Estrutura do marco lógico.....	32

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
1.1 OBJETIVO GERAL .....	9
1.1.1 Objetivos Específicos .....	9
1.2 PROBLEMA .....	9
1.3 JUSTIFICATIVA .....	10
<b>2 REVISÃO EMPIRICO-TEÓRICA .....</b>	<b>12</b>
2.1 HISTÓRICO DO INCENTIVO À CULTURA NO BRASIL E NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL .....	12
2.2 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....	15
2.2.1 Modelos de avaliação de políticas públicas .....	17
2.2.2 Modelo analítico “Marco Lógico” .....	18
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>20</b>
<b>4 DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO .....</b>	<b>21</b>
4.1 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA .....	22
4.1.1 Análise do processo de concessão .....	23
4.1.2 Análises dos processos de execução e prestação de contas .....	26
<b>5 PROPOSTA .....</b>	<b>27</b>
5.1 DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA .....	28
5.2 PLANO DE IMPLANTAÇÃO .....	29
5.2.1 Criação e atualização de instrumentos de coleta de dados .....	29
5.2.2 Atualização do banco de dados de projetos culturais, coleta e tabulação dos dados .....	30
5.2.3 Avaliação .....	31
5.2.4 Considerações finais sobre o plano de implantação .....	32
5.3 RECURSOS .....	33
5.4 RESULTADOS ESPERADOS .....	34
<b>6 CONCLUSÃO .....</b>	<b>36</b>
<b>7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>38</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>40</b>
APÊNDICE A – Concessão, execução e prestação de contas do FMC .....	41
APÊNDICE B – Formulário de Encaminhamento de Projetos Culturais .....	42
APÊNDICE C – Formulário de Prestação de Contas .....	51

## 1 INTRODUÇÃO

Tentando entender as estratégias de gestão utilizadas por gestores que fazem frente a instituições públicas, nem sempre se pode chegar a conclusões satisfatórias sobre a aplicação dos recursos, pois, a gestão pública brasileira de uma maneira geral, não é preparada para fornecer espontaneamente dados ou informações consolidadas sobre os resultados decorrentes de suas ações.

É fato que as Leis relacionadas à execução orçamentária por programas não obrigam gestores e instituições a criarem e manterem bancos de dados que relacionem efeitos e causalidades, decorrentes da aplicação dos recursos públicos.

O orçamento por programas, não obstante explicita os objetivos a serem alcançados pela atuação governamental, se organiza segundo a lógica de “insumos fornecidos / produtos gerados”, sem elementos que permitam auferir os resultados efetivamente alcançados pelas despesas realizadas. (SANTOS, 2012, p.137).

Não há atrelados à maioria dos investimentos executados nesta modalidade de execução orçamentária, mecanismos de controle de resultados, obtidos após a execução de projetos e programas.

“A avaliação de políticas, pelas próprias organizações ou por avaliação externa, é, naturalmente, dispendiosa; uma das razões pela qual não seja realizada de forma tão frequente.” (MALMEGRIN, 2012, p. 28)

Na instituição alvo deste estudo, a Fundação Cultural de São Bento do Sul, um exemplo dessa deficiência é a averiguação dos efeitos produzidos pelos investimentos, realizados em projetos culturais que desde 2008. Época em que se iniciaram as políticas de incentivo fiscal e fomento no município, e onde não se contabilizaram os resultados dessas políticas, nem mesmo foi feito o acompanhamento para saber se os objetivos a que propuseram têm sido cumpridos.

A pretensão deste trabalho relaciona-se com a deficiência supracitada e visa identificar e propor um modelo eficaz no acompanhamento das políticas públicas de incentivo a projetos culturais, que fomentam com recursos públicos a execução de atividades ligadas às diversas áreas da cultura, por instituições privadas, sem fins lucrativos ou pessoas físicas.



## 1.1 OBJETIVO GERAL

Propor um modelo de avaliação para políticas públicas de incentivo à cultura adequado à Fundação Cultural de São Bento do Sul.

### 1.1.1 Objetivos Específicos

- Identificar um modelo eficaz para auxiliar no acompanhamento dos resultados produzidos pelas políticas de financiamento de projetos culturais.
- Propor para Fundação Cultural de São Bento do Sul uma ferramenta de avaliação, adequada ao porte da instituição, que sirva ao acompanhamento dos resultados produzidos pela execução das políticas públicas de financiamento de projetos culturais.

## 1.2 PROBLEMA

No Brasil, fiscalizam-se eficazmente processos licitatórios, contratos e despesas públicas, realizadas nas três esferas governamentais. Pelo menos é o que as mídias de maior circulação têm veiculado quando noticiam as ações de órgãos de controle interno, externo e social. (MALMEGRIN, 2012)

No entanto, Malmegrin (2012, p.33) também fala que “a gestão dos planos diretores e plurianuais, a exemplo do ciclo de políticas públicas, dedica, com frequência, maior atenção à formulação e à execução do que às avaliações e aos controles”. Esta lacuna, criada pela interrupção dos ciclos de gestão é um dos elementos responsáveis pela deficiência encontrada nos serviços públicos prestados para sociedade. A falta de parâmetros que possibilitem a acompanhamentos sistemáticos cerceia a evolução desses serviços.

Em São Bento do Sul, um exemplo de deficiência semelhante a essa, é encontrado na aplicação de recursos em projetos culturais, através de Leis Municipais de Incentivo à Cultura. Nesse sentido, o presente estudo, se propõe a determinar quais são e como podem ser implantados modelos eficazes para avaliação dessas políticas públicas.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

A política cultural vem ganhando especial destaque em todo o mundo, devido a sua representatividade nas economias nacionais. Ainda há uma distância grande entre os termos Economia e Cultura que precisa ser vencida. A passos lentos, essa distância vem se estreitando com o avanço das políticas culturais nacionais e com a promoção de debates sérios entre governos, entidades que representam o setor e sociedade.

A Economia da cultura é um movimento recente em nossas sociedades, apenas em 1965, os economistas William Baumol e William Bowen resgataram a cultura como área de estudos dos economistas, estimulando assim a ampliação desta visão, o que resultou em algumas iniciativas que foram consideradas decisivas na fixação deste segmento da economia. Como exemplo, se pode citar: o lançamento do renomado periódico *Journal of cultural economics*, em 1975; a análise da magnitude do setor cultural britânico, em 1988; e a inclusão da economia da cultura como disciplina da área de economia pela *American Economic Association*, em 1992. (REIS, 2007).

“A cultura – fundamental e insubstituível na construção da identidade nacional – é, cada vez mais, um setor de grande destaque na economia do país, como fonte de geração crescente de empregos e renda.” (FGV, 2011, p. 49)

Na última década, ganharam impulso os estudos sobre as relações entre economia e cultura, embora essa relação seja ainda de difícil convivência. O uso dessas duas palavras muitas vezes não coincide nas linguagens cotidianas na área da cultura. Muitos artistas não relacionam seus trabalhos com a economia. Alguns veem perigos nessa relação e não a aceitam. De outro lado, muitos economistas tratam a cultura como uma atividade marginal em seus estudos ou como algo que deve ser abordado por outras ciências. (SESI/DN, 2007, p. 23)

A atividade cultural no Brasil tem se desenvolvido apoiada por políticas públicas, criadas para fomentar atividades e segmentos culturais. Empresas privadas também têm financiado projetos culturais, através de mecanismos legais que permitem a destinação de parte dos seus impostos para estes fins. Nessa modalidade de investimento as Leis de incentivo têm delimitado outras questões que ocupam dimensões transversais à cultura, que se distanciam do foco deste estudo.

O investimento cultural compromissado com o desenvolvimento sustentável implica proteção ambiental, melhoria de qualidade de vida, respeito aos direitos humanos, consolidação da cidadania e garantia do acesso ao consumo de bens e serviços. A gestão e o monitoramento adequados dessas ações protegem a inserção dos bens patrimoniais no mercado, atentos aos impactos na natureza e nas relações humanas futuras. As leis de incentivo à cultura podem representar uma das tentativas de estabelecimento de instrumentos legais na perspectiva desse modelo de gestão. ( SESI/DN, 2007, p. 25)

Em São Bento do Sul, as políticas públicas de incentivo fiscal e fomento para o setor cultural iniciaram apenas em 2007, apesar de ser um setor em evidência desde a fundação da cidade. A exemplo de algumas políticas públicas culturais dos Governos Federal e Estadual, o município de São Bento do Sul também não atrelou às suas políticas públicas mecanismos de acompanhamento dos resultados produzidos, portanto, não há dados, informações ou indicadores que possam ser utilizados em uma avaliação destes investimentos.

De acordo com a Fundação Cultural de São Bento do Sul, até o mês de agosto de 2013, mais de R\$1.200.000,00 em recursos públicos foram investidos em projetos culturais, executados por produtores do município através dos mecanismos disponíveis nas Leis de Incentivo à Cultura.

Depois de quase cinco anos de vigência destas políticas públicas, a Fundação Cultural de São Bento do Sul tem a urgente necessidade de conhecer e também de demonstrar à sociedade como estas políticas estão progredindo e revelar como elas têm impactado o setor cultural do Município. Para isso, a instituição necessita de informações organizadas, concatenando diversos instrumentos de coleta de dados em um modelo de avaliação capaz de traduzir resultados obtidos e subsidiar os agentes estatais e sociais no direcionamento das políticas culturais de incentivo.

Para Faria (2005) muitos são os beneficiados pelas avaliações de políticas públicas, além dos envolvidos diretos nos programas e projetos governamentais: gerentes de programas de diferentes níveis governamentais; agentes do governo e representantes de fundações, interessados em conhecer projetos bem-sucedidos que mereçam financiamento ou preocupados em aprimorar os programas dos quais são responsáveis; membros do Legislativo interessados na melhoria de programas existentes ou na elaboração de novas propostas; cientistas sociais e outros avaliadores que buscam aprender com as descobertas e com as metodologias empregadas.

## 2 REVISÃO EMPIRICO-TEÓRICA

O referencial teórico apresentado a seguir, expõe de forma sucinta, conceitos relacionados às políticas públicas na área da cultura, relata alguns conceitos sobre avaliação de políticas públicas e, por final, introduz conceitos sobre o modelo de avaliação Marco Lógico, utilizando a abordagem do Tribunal de Contas da União sobre o tema.

### 2.1 HISTÓRICO DO INCENTIVO À CULTURA NO BRASIL E NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

O Brasil tem uma base constitucional suficiente para justificar as políticas de incentivo à Cultura que vêm sendo implementadas em nosso país. A constituição de 1988 trata com relevância de diversas questões ligadas a cultura em pelo menos sete dos nove títulos em que se divide o texto constitucional (MACHADO, 2011).

O incentivo à cultura, por meio de políticas públicas, começou a acontecer e a se desenvolver a partir de 1986, através da promulgação da Lei nº 7.505, também conhecida como Lei Sarney, em paralelo ao processo de democratização do país com o então presidente José Sarney.

A lei vigorou até março de 1990, quando, juntamente com a extinção de várias instituições federais de cultura, foi revogada pelo presidente Fernando Collor de Mello, que acreditava que o mercado substituiria o governo no fomento à cultura. A revogação levou à mobilização de produtores, agentes culturais e artistas, que exigiam a criação de uma nova lei de incentivo. Em 1991, Collor aprovou a Lei de Incentivo à Cultura, Lei nº 8.313, elaborada pelo então secretário da cultura Sérgio Paulo Rouanet, visando à retomada do processo de produção cultural no país. (ITAÚ CULTURAL, 2013, disponível em <http://novo.itaucultural.org.br>, acesso em 16/08/2013).

A Lei *Rouanet*, como ficou conhecida a Lei 8.313/91, ganhou força e novos mecanismos que abriram espaços até então inexplorados pelo setor cultural.

Dentre as novidades que essa Lei trouxe, destacam-se até hoje o Fundo Nacional de Cultura e o Mecenato<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Mecenaz: Indivíduo que protege e apóia, ger. com dinheiro, as artes e as ciências, e os profissionais que trabalham nessas áreas. (AULETE, 2009)

O Fundo Nacional de Cultura é um mecanismo de apoio financeiro direto que destina recursos a projetos culturais que não sejam atrativos ao mercado; funciona por meio de empréstimos reembolsáveis ou cessão a fundo perdido concedido a projetos de pessoas físicas ou jurídicas, sem fins lucrativos, e a órgãos culturais públicos. (...) Mecenato, é um mecanismo estimulado pela renúncia fiscal, no qual o governo oferece benefícios fiscais aos contribuintes do Imposto de Renda que apoiarem projetos culturais sob a forma de doação ou patrocínio, dentro dos limites fixados pela própria lei e desde que o projeto incentivado tenha a chancela do MinC. Esse mecanismo de financiamento contribuiu para a ampliação do volume de recursos destinado ao setor cultural, especialmente se comparado aos ínfimos recursos orçamentários do MinC. (ITAÚ CULTURAL, 2013. Disponível em: <http://novo.itaucultural.org.br> , Acesso em 16/08/2013).

Seguindo a mesma linha da Lei Rouanet, em 1993, Itamar Franco assina a Lei 8.685, conhecida como Lei do Audiovisual, a qual permitia deduções de até 100% dos valores, e as empresas apoiadoras, a participarem dos eventuais rendimentos obtidos com a execução destes projetos. (BOLAÑO; MOTA; MOURA, 2012).

De 1993 em diante, aconteceram sucessivas iniciativas implantadas e propostas pelo Ministério da Cultura para desenvolver o setor cultural no Brasil. Dentre a mais importante para a política cultural pública, destaca-se a proposição de um Sistema Nacional de Cultura.

A inspiração para o SNC veio dos resultados alcançados por outros sistemas de articulação de políticas públicas instituídos no Brasil, particularmente o Sistema Único de Saúde – SUS. A experiência do SUS mostrou que o estabelecimento de princípios e diretrizes comuns, a divisão de atribuições e responsabilidades entre os entes da federação, a montagem de um esquema de repasse de recursos e a criação de instâncias de controle social asseguraram maior efetividade e continuidade das políticas públicas. ( FGV, 2011, p. 51)

O Sistema Nacional de Cultura é uma ideia que já estava no programa de governo da coalizão, que venceu as eleições para a presidência da República em 2002. Desde então, esforços da comunidade artística, aliados a empreitadas políticas consonantes com seus objetivos, resultaram na promulgação do § 3º do Art. 215 da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 48/2005. Assim criando o Plano Nacional de Cultura (PNC), bem como a apresentação das emendas, ainda em tramitação nº 416/2005, que cria o Sistema Nacional de Cultura (SNC); a nº 150/2003, que vincula a receita orçamentária da União, Estados e municípios ao desenvolvimento cultural; e a nº 236/2008, que insere a cultura no rol dos direitos sociais (FGV, 2011).

O processo de elaboração do PNC destacou-se devido à grande participação popular nas principais fases do processo. Entre os anos de 2003 e 2008, esforços coordenados entre entes federativos possibilitaram uma grande mobilização social em torno das políticas públicas para a Cultura. Em 2005, mais de 53.000 pessoas participaram de conferências municipais e intermunicipais de cultura realizadas em 1158 municípios brasileiros que fomentaram com propostas, estratégias e metas as conferências Estaduais de Cultura e posteriormente I Conferência Nacional de Cultura, realizada em dezembro de 2005 em Brasília. (BRASIL, MinC., 2006).

Seguindo esta onda sociocultural participativa, o município de São Bento do Sul realizou em 2006 sua 1ª Conferência Municipal de Cultura. A resultante desta culminou na criação do Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura (SIMDEC), instituído no ano seguinte pela Lei Municipal nº 1942/2007.

Durante a I Conferência Municipal de Cultura também foram eleitos os membros do Conselho Municipal de Cultura, o qual passou a contar com representantes da sociedade e do poder público em iguais proporções.

O SIMDEC, antes de tudo, foi uma política pública concebida pela valoração das necessidades sociais e principalmente pelo esforço da comunidade artística local que até então não contava com um mecanismo próprio de incentivo.

O sistema foi criado com o objetivo de beneficiar projetos estritamente culturais, classificados em 14 áreas culturais estabelecidas no Art. 15 da Lei 1942/07.

A Lei 1942/2007 permitiu que produtores culturais recebessem recursos públicos para aplicar em seus projetos, tanto como pessoas físicas como aqueles organizados em pessoas jurídicas de direito privado ou público, com ou sem fins lucrativos. Os projetos só podiam ser executados por produtores culturais residentes no município a no mínimo 2 anos. (SÃO BENTO DO SUL, 2007)

A Lei 1942/2007 vigorou até o início do ano de 2013, quando uma decisão do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina em 2012, obrigou o município a promover readequações na Lei Municipal de Incentivo à Cultura.

A Lei 1942/2007 dispunha de dois mecanismos semelhantes aos criados pela Lei Rouanet, o Fundo Municipal de Incentivo à Cultura e o Mecenato Municipal de Incentivo à Cultura, ambos criados pelo Art. 3º da Lei 1942/2007 e definidos nos Art. 3º e 4º respectivamente.

O Fundo Municipal de Incentivo à Cultura possibilitou o repasse direto de

recursos através de Editais. Com dotação orçamentária própria pra isso a Fundação Cultural, que selecionava os projetos, repassava os recursos na forma de contribuições do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura.

O Mecenato Municipal de Incentivo à Cultura possibilitava aos produtores aprovados em processos seletivos, captar recursos junto aos contribuintes do município por meio de renúncias fiscais autorizadas.

As empresas e pessoas físicas do município podiam doar até 4 % do IPTU ou do ISSQN aos projetos aprovados (SÃO BENTO DO SUL, 2007).

## 2.2 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Para direcionar este estudo ao seu tema central, faz-se necessário a reconstituição de alguns conceitos sobre avaliação políticas públicas, dispersos em muitos estudos realizados nessa área e que revelam algumas perspectivas diferentes sobre o tema.

Ala-Harja e Helgason (2000) *apud* Trevisan e Bellen (2008, p.35) advertem:

(...) não existe consenso quanto ao que seja avaliação de políticas públicas, pois o conceito admite múltiplas definições, algumas delas contraditórias. Esse fato se explica justamente porque a área de políticas públicas é perpassada por uma variedade de disciplinas, instituições e executores, abrangendo diversas questões, necessidades e pessoas.

Sabendo disso, recorreu-se inicialmente as afirmações de Rua (2012) que ensina que:

Embora as políticas públicas possam incidir sobre a esfera privada (família, mercado, religião), elas não são privadas. Mesmo que entidades privadas participem de sua formulação ou compartilhem sua implementação, a possibilidade de o fazerem está amparada em decisões públicas, ou seja, decisões tomadas por agentes governamentais, com base no poder imperativo do Estado. (RUA, 2012, p. 18)

A expressão *policy analysis*, introduzida no meio acadêmico ainda nos anos 30 por H. Laswell (SOUZA, 2006), revela que o estudo relacionado às políticas públicas tem um histórico recente no Brasil.

De acordo com Trevisan e Bellen (2008, p. 531), citando vários autores:

nos Estados Unidos, segundo Frey (2000), pesquisas em políticas públicas

começaram a se estabelecer no início dos anos 1950, sob a designação de *policy science*, enquanto na Europa, especialmente na Alemanha, a preocupação com campos específicos de políticas somente toma força a partir do início dos anos 1970. Nesse período a unidade de análise torna-se a própria definição das políticas públicas, o que conferiu destaque aos aspectos dinâmicos do *policy process* e aos distintos atores, estatais e não-estatais, geralmente envolvidos (Faria, 2003). No caso do Brasil, os estudos sobre políticas públicas são bem recentes. Nesses estudos dispersos, a ênfase recaiu ou à análise das estruturas e instituições ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas.

A ênfase nos estudos sobre o processo de formação das políticas públicas deu surgimento a uma área de estudos intitulada Análise de Políticas Públicas, que procura o melhor entendimento do processo político através de estudos multidisciplinares das etapas de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas (RUA, 2012).

Conforme Seibel e Gelinski (2012) há dois conjuntos de argumentos capazes de explicar a motivação crescente e o interesse pelas avaliações das políticas públicas a partir da década de 80.

De um lado, os argumentos se concentram em torno dos gastos públicos, das crises fiscais e do aumento das demandas por políticas públicas populares impulsionadas pelas reformas estruturais, como a desestatização, por exemplo. Nessa perspectiva as avaliações das políticas estão focadas na eficiência dos programas e no fomento do planejamento das novas políticas.

Por outro lado, os argumentos se concentram nas inovações durante a implantação de políticas públicas, que fizeram emergir a curiosidade sobre os impactos efetivos das operações decorrentes destas, em função da reforma do estado, da autonomia dos governos locais e da competição eleitoral. Nessa concepção, “a avaliação é parte não apenas da aferição da eficiência dos gastos públicos, mas de todo um processo de conscientização da sociedade civil” (SIEBEL; GELINSKI, 2012, p. 162).

Para fins deste estudo há que se considerar o ciclo das políticas públicas, pois, de acordo com Rua (2012):

A correta compreensão do ciclo das políticas pode ser de grande valia para o gestor, favorecendo seu entendimento correto do processo das políticas públicas e auxiliando-o a refletir com clareza sobre como e mediante que instrumentos as políticas poderão ser aperfeiçoadas. (RUA, 2012, p. 35)

Neste ciclo, a parte que se relaciona ao objeto deste estudo é a etapa de



avaliação, na qual se apreciam os mecanismos já implementados no tocante aos seus impactos efetivos.

“Nessa etapa, caso os objetivos do programa tenham sido atendidos, o ciclo político pode ser suspenso ou chegar ao fim, senão à iniciação de um novo ciclo, isto é, a uma nova fase de percepção e definição de problemas” (TREVISAN, BELLEN 2008, p. 536).

As avaliações podem ser classificadas em externas, internas, mistas ou participativas. Quanto a natureza, também estão divididas em formativas ou somativas e quanto ao enfoque das avaliações elas podem ser classificadas em avaliação de processos ou de impactos (CUNHA, 2006).

As classificações que delimitam avaliações de políticas públicas relacionam-se também com o tempo no qual elas são implementadas, podendo ser *ex-ante* ou *ex-post*, com a posição do avaliador em relação ao objeto e com a natureza do objeto avaliado (TREVISAN, BELLEN 2008)

Conforme Faria (2005, p. 102), “é possível distinguir pelo menos quatro tipos de uso da avaliação, quais sejam: (a) instrumental; (b) conceitual; (c) como instrumento de persuasão; e (d) para o esclarecimento”

### 2.2.1 Modelos de avaliação de políticas públicas

Tonico, Souza e Oliveira (2011, p. 307) afirmam que “são raras as políticas públicas que dispõe desde o início de instrumentos de coletas de dados sobre os seus impactos. Por isso, os avaliadores devem constituir indicadores de efeito de forma direta ou indireta proveniente de outras fontes”.

Desse modo, a determinação de um sistema monitoramento que seja útil para as avaliações precede qualquer ação do órgão gestor que se preocupa com o andamento de políticas públicas sob sua responsabilidade, bem como dos programas e projetos a elas atrelados.

De acordo com Tonico, Souza e Oliveira (2011) quando a administração pública brasileira realiza avaliações, utiliza-se principalmente do modelo de avaliação tradicional, do tipo gerencial, que se apropria de princípios do gerencialismo e de métodos de gestão de recursos, similares aos da iniciativa privada, focada mais na questão fiscal.

Nesse contexto, a avaliação é um processo importante, com vistas a averiguar a consecução dos objetivos estabelecidos e a correção de rumos. Todavia, em razão da incorporação de outros atores, a gestão pública pode, num futuro próximo, favorecer o desenvolvimento de avaliações dos dois tipos: a permanência da avaliação tradicional para funções desempenhadas no âmbito de algumas instituições públicas e a avaliação de cunho pluralista para os serviços e políticas transversais e que contemplam atores diversificados. (TINÔCO; SOUZA; OLIVEIRA, 2011, p. 309)

Chevalier *apud* Tinôco, Souza e Oliveira (2011) ainda explica que há uma tendência em alguns lugares para a utilização deste modelo, devido a alguns princípios que vem guiando a ação estatal. Dentre estes princípios, destaca-se a substituição das ações do Estado pelas iniciativas de setores sociais e funções coletivas, como o mecenato e o associativismo por exemplo.

Há um segundo modelo de avaliação em ascensão que vem tornando-se preferencial nos casos onde a política pública é realizada com a participação massiva de atores sociais em todas as etapas.

O modelo pluralista ao contrário do modelo tradicional questiona o postulado da supremacia dos experts e valoriza a representação políticas dos implicados, ou seja, grupos de interesse. (...) O que está implícito neste modelo de avaliação é o conceito de aprendizagem coletiva, no qual a qualidade da avaliação é baseada na integração das idéias produzidas na sociedade e nos debates suscitados. (GUBA; LINCOLN; CORCUFF *apud* TINÔCO; SOUZA; OLIVEIRA, 2011, p. 310)

Conforme Hamilton *apud* Assumpção e Campos (2011, p. 228),

Os modelos pluralistas de avaliação, se comparados aos modelos clássicos são mais extensivos e mais adaptáveis. Por outro lado, é provável que sejam mais sensíveis aos diferentes valores dos participantes de um programa. Ao focar em valores e participação, dando voz aos interessados, coloca-se como uma avaliação puramente intuicionista-pluralista.

### 2.2.2 Modelo analítico “Marco Lógico”

Na busca por um modelo adaptável às necessidades da instituição, deparou-se com a técnica de auditoria denominada Marco Lógico. Essa metodologia dispõe de elementos que permitem a adequação tanto ao modelo tradicional quanto ao modelo pluralista.

O Marco Lógico é um modelo analítico para orientar a formulação, a execução, o acompanhamento e a avaliação de programas ou de projetos governamentais. Criado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento –

BID, é um instrumento de planejamento obrigatoriamente adotado por todas as organizações públicas que postulam financiamento junto àquele Banco. O Modelo de Marco Lógico, que, segundo o BID1, oferece inúmeras vantagens sobre outros enfoques menos estruturados, também vem sendo utilizado pela Agência Brasileira de Cooperação, órgão do ministério das Relações Exteriores, na análise de projetos submetidos a sua apreciação. (BRASIL, TCU, 2001, p.07)

O modelo Marco Lógico lança mão de uma estrutura matricial que procura demonstrar a compatibilidade entre os objetivos do programa com os produtos e atividades desenvolvidas a partir deles. Na forma estruturada, o marco lógico resulta em uma matriz quatro por quatro que comporta objetivos, indicadores, meios de verificação e pressupostos em momentos diferentes na vida de um projeto ou programa governamental, possibilitando inclusive a utilização de uma matriz que agrupa diversos projetos de um programa, gerando um marco mestre (BRASIL, TCU, 2001).

### 3 METODOLOGIA

Em um primeiro momento este estudo lançou mão da pesquisa bibliográfica para delimitar os temas relacionados à avaliação das políticas públicas e determinar o modelo passível de aplicação e adaptação às políticas públicas de financiamento de projetos culturais.

O referencial teórico aplicado nesta pesquisa foi, em grande parte, selecionado em meio a artigos científicos, disponíveis nos bancos de dados de instituições que produzem conhecimento científico nas áreas de Gestão Pública e Políticas Públicas.

Através da pesquisa documental e da coleta de dados por observação assistemática, pode-se determinar o arranjo dos processos operacionais utilizados na concessão de recursos, na aplicação e na aferição dos produtos obtidos a partir da execução de projetos culturais.

A coleta de dados pela observação assistemática ocorreu durante 01 de junho de 2013 a 12 de outubro de 2013, pois nesse período a Fundação Cultural realizou o planejamento e executou o processo seletivo de projetos culturais para o Edital de Apoio à Cultura nº 002/2013, possibilitando a compreensão de parte do processo de concessão de recursos.

Como instrumento de coleta de dados para a pesquisa documental, utilizou-se de Projetos e Relatórios de Prestação de Contas, apresentados à Fundação Cultural entre os anos de 2008 a 2012 pelos produtores culturais. A maioria destes dados encontra-se armazenada em um banco de dados de projetos culturais mantido pela instituição.

Foram também utilizados na pesquisa documental portarias, ofícios e outros documentos oficiais, emitidos pela instituição, durante os ciclos anuais da política de financiamento de projetos culturais.

Através dos Relatórios de Prestação de Contas dos projetos culturais, foi possível coletar a maioria das informações necessárias para determinar o modelo de avaliação adequado à Fundação Cultural de São Bento do Sul.

## 4 DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO

A Fundação Cultural de São Bento do Sul foi criada em 23 de junho de 1987, através da Lei Municipal nº 202.

Instituída inicialmente com personalidade jurídica privada e sem fins lucrativos, passou a ser o órgão público responsável pela gestão das políticas públicas municipais relacionadas à cultura.

Dentre as responsabilidades restritas à Fundação Cultural de São Bento do Sul, elencadas no Art 1º Lei 202/87 estão:

- a) incentivar, difundir e promover a prática e o desenvolvimento da atividade cultural e artística;
- b) conservar, administrar e zelar pelo patrimônio cultural e artístico do Município de São Bento do Sul;
- c) administrar, organizar e enriquecer o patrimônio dos seguintes órgãos: Museu Municipal Dr. Felipe Maria Wolff; Arquivo Histórico Municipal; Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos; Escola de Música Municipal Donaldo Ritzmann; Teatro Municipal São Bento do Sul; Orquestra Municipal de Espetáculos; Outras instituições que vierem a ser criadas.
- d) manter escolas de arte e de música e promover cursos nos diversos ramos da arte e da cultura, em todos os graus;
- e) promover e patrocinar pesquisas;
- f) receber e conceder bolsas de estudos;
- g) instituir e regulamentar o tombamento artístico, cultural, histórico e paisagístico no Município de São Bento do Sul. (SÃO BENTO DO SUL, 1987, Art1º, Lei 202/87)

Em sua estrutura administrativa a Fundação Cultural conta atualmente com 52 funcionários efetivos, distribuídos entre funções administrativas, técnicas, operacionais e professores de música. Há 6 (seis) funcionários nomeados em cargos de comissão, exercendo as funções de presidência, direção e chefias de divisões.

De acordo com o Estatuto da instituição, também são organizações da Fundação Cultural de São Bento do Sul o Conselho Curador e o Conselho Fiscal.

Recentemente o Art. 16 da Lei Nº 3078, de 19 de outubro de 2012 instituiu o Conselho Municipal de Políticas Culturais.

Atualmente, a Fundação Cultural de São Bento do Sul conta com uma estrutura física que abrange:

- 1 centro administrativo localizado no mesmo prédio da Escola de Música Donaldo Ritzmann. Ambos estão abrigados em um imóvel cedido pela Associação Comercial de São Bento do Sul;

- 2 bibliotecas públicas, sendo uma localizada no prédio do centro administrativo da prefeitura municipal e outra, em imóvel locado no Bairro Cruzeiro;
- 1 arquivo histórico municipal, abrigado temporariamente em uma sala comercial alugada.
- 1 centro anfiteatro com capacidade para 420 pessoas, palco, camarins, salas para cursos e sala de projeção de filmes.
- 1 museu municipal com aproximadamente 2000 peças em exposição, abrigado em imóvel próprio, em edificação tombada como patrimônio histórico de Santa Catarina.

No que se refere ao orçamento, para o ano de 2013, para a Fundação Cultural de São Bento do Sul, através da Lei nº 3105, de 28 de novembro de 2012 é de R\$2.433.500,00.

Para os anos subsequentes, o Plano Plurianual 2014-2017, estabeleceu orçamento de R\$14.826.202,00 para o quadriênio.

Só para a manutenção do Fundo Municipal de Cultura, mecanismo de financiamento de projetos que também é objeto deste estudo, o PPA 2014-2017 destina R\$1.681.883,37.

#### 4.1 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Nas sessões consecutivas encontram-se descritas as análises do processo de concessão de recursos, execução de projetos e prestação de contas, realizadas a partir da perspectiva do pesquisador, durante a observação assistemática das rotinas operacionais da instituição, na concessão de recursos através da Lei Municipal de Incentivo à Cultura.

Os dados disponíveis no banco de dados de projetos culturais, mantido pela instituição, foram uma importante fonte de pesquisa, que possibilitaram entender o funcionamento dos processos que estão compreendidos dentro do ciclo da política pública em questão.

Durante a observação pode-se averiguar que, apesar de coletar esses dados e agrupá-los em um banco de dados, a instituição em nenhum momento faz uso desses dados para criar indicadores, conhecer ou entender os efeitos que os recursos provenientes da política de financiamento de projetos culturais têm gerado

para o setor cultural do Município.

#### 4.1.1 Análise do processo de concessão

Resultante da observação do processo de concessão de recursos, a representação gráfica através do fluxograma disposto no APÊNDICE A, possibilitou visualizar melhor e mapear alguns pontos de intervenção, que também servirão à instituição como fonte de dados para as avaliações futuras. Estes pontos encontram-se identificados em retângulos tracejados e numerados no fluxograma.

Ao todo foram mapeados sete pontos de intervenção, fontes potenciais de dados para o processo de avaliação. Nenhum destes pontos depende de intervenção com outro órgão da administração para coleta de informações, pois, o órgão gestor tem contato direto com suas variáveis.

Como se pode observar há diversos órgãos institucionalizados que têm responsabilidades bem definidas dentro do processo de concessão. Para melhor disposição dos elementos dentro do fluxograma se estipularam siglas para cada organismo, de acordo com a descrição a seguir:

- **Proponente (Prop.)** – Produtor cultural que pleiteia recursos do Fundo Municipal de Cultura;
- **Fundação Cultural de São Bento do Sul (FC)** – Órgão gestor das políticas públicas na área da cultura dentro do poder executivo municipal;
- **Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC)** – Instituído pela Lei Nº 3.078, de 19 de outubro de 2012 é um órgão deliberativo que fiscaliza e auxilia a Fundação Cultural de São Bento do Sul na elaboração e na execução das políticas públicas culturais;
- **Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul (AJPM)** – Departamento da administração pública municipal que avalia e apoia os demais órgãos da administração municipal com questões relacionadas às legislações municipal, estadual e federal;
- **Departamento de Controladoria da Prefeitura Municipal (DCPM)** – Departamento da administração municipal que fiscaliza internamente a aplicação de recursos do poder executivo;
- **Comissão Municipal de Incentivo à Cultura (CMIC)** – Comissão instituída

pela Lei 3.152 de 28 de março de 2013, com a exclusiva finalidade de avaliar projetos culturais que concorrem na obtenção de recursos, através dos Editais de Apoio à Cultura do Fundo Municipal de Cultura.

Há ainda uma Comissão denominada Executiva do Fundo Municipal de Cultura, um organismo interno à parte do processo que cabe ao órgão gestor, também criado pela Lei 3.152/2013. A referida comissão é responsável pelas funções administrativas executadas pela Fundação Cultural de São Bento do Sul. No fluxograma esta comissão não aparece representada, pois se trata um órgão subordinado ao órgão gestor.

Além de identificar os órgãos que atuam nos processos, a observação dos procedimentos operacionais aliada à pesquisa documental em diversos relatórios e documentos gerados em cada etapa, possibilitou a identificação das informações que coletadas pela instituição nos pontos mapeados.

Atualmente as informações coletadas pelo órgão gestor, concentram-se apenas e de forma superficial nos pontos nº1 e nº6, destacados no fluxograma, sendo os demais pontos subutilizados.

Das informações coletadas pela Fundação Cultural, podemos resumi-las de forma simples no quadro a seguir:

	Campos do banco de dados	Descrição das variáveis
1	ANO	Ano em que foi inscrito o projeto.
2	Nº SMC	Número de protocolo que o projeto recebe no ato da inscrição.
3	NOME DO PROJETO	Nome de projeto.
4	PROPONENTE	Nome do produtor cultural responsável pelo projeto.
5	ENDEREÇO / CEP	Dados pessoais do proponente.
6	CPF / CNPJ	
7	E-MAIL	
8	TELEFONE	
9	ÁREA	Área cultural em que o projeto está enquadrado, delimitada pela lei 3.152/2013.
10	SUBÁREA	Modalidades definidas em cada Edital.
11	MECANISMO	Mecenato Municipal de Incentivo à Cultura - extinto a partir da promulgação da Lei 3.152/2013. Edital de Apoio à Cultura.
12	DOCUMENTOS	Status da regularidade dos documentos anexados ao projeto.
13	INSTRUMENTO DE APROVAÇÃO	Portarias publicadas em Diário Oficial que homologam os resultados das análises de projeto e elencam os projetos aprovados ou reprovados nos Editais.
14	VALOR PLEITEADO	Valor solicitado pelo proponente para execução do projeto.
15	VALOR APROVADO	Valor aprovado pela CMIC para o proponente executar o projeto.



16	PONTUAÇÃO	Número de pontos auferido pelo projeto durante a avaliação da CMIC.
17	Nº DA C/C	Dados bancários.
18	BANCO	
19	AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO	Status do projeto que variam em Autorizado e Não autorizado.
20	DATA DE EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO P/ MOVIMENTAÇÃO C/C	Data em que o proponente é autorizado a iniciar a execução do projeto.
21	SITUAÇÃO DAS PC	Status da prestação de contas que varia entre: 1 PENDENTE; 2 PRORROGADA +6M; 3 SOB ANÁLISE EXEC; 4 SOB ANÁLISE CI; 5 SOB ANÁLISE CMIC; 6 APROVADA; e 7 REPROVADA .
22	OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES	Observações não comportadas nos campos anteriores.
23	ESTADO DO PROPONENTE	Status do proponente em relação ao Fundo Municipal de Cultura que varia entre HABILITADO ou INABILITADO.
24	DATA DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	Data em que a Fundação Cultural recebeu o Relatório de Prestação de Contas.
25	DATA DA APROVAÇÃO PELO C.I.	Data em que o Relatório de Prestação de Contas obteve aprovação e parecer de conformidade do Departamento de Controladoria do Município.
26	CERTIFICADO	Status de emissão do Certificado de Aprovação que pode variar entre EMITIDO e NÃO EMITIDO.
27	DATA DE EMISSÃO DO CERTIFICADO	Data em que o certificado de aprovação final do relatório de prestação de contas foi emitido.

Quadro 1: Campos disponíveis no banco de dados de projetos culturais da Fundação Cultural.

Fonte: (KLUSKA, Setembro/2013)

Internamente às etapas que compõe o processo de concessão, encontram-se quatro dos sete pontos mapeados como fontes de dados para avaliações da política pública. Destes, o ponto nº 1, é responsável por metade dos dados coletados para o banco de dados, pois, são informações contidas nos Formulários de Encaminhamentos de Projetos Culturais, visualizável no APÊNDICE B.

As informações coletadas através dos pontos nº1 e nº6 são insuficientes para fazer uma avaliação aprofundada sobre as políticas públicas de financiamento de projetos culturais, pois, são apenas dados de controle das operações administrativas do órgão gestor.

Um das dificuldades encontradas no levantamento de dados durante as pesquisas de observação e documental se evidenciou quanto à limitação dos recursos tecnológicos disponíveis na instituição.

O banco de dados que contém as informações discriminadas no Quadro 1 é manipulado através de uma planilha eletrônica simples do *LibreOffice 3.4.5*, software de código fonte aberto, equivalente ao *Microsoft Excel*.

Todos os relatórios e documentos dos processos são gerados a partir de editores de textos com limitado grau de padronização.

Tanto projetos quanto relatórios de prestação de contas são impressos e a organização destes é feita de forma aleatória em arquivos que agrupam documentos respectivos a cada projeto.

Após a aprovação final dos relatórios de prestação de contas, todos os documentos de um processo, são agrupados e acomodados em caixas-arquivo juntamente com outros documentos contábeis da instituição, ordenados pela data de aprovação final da prestação de contas pelo Departamento de Controladoria.

#### 4.1.2 Análises dos processos de execução e prestação de contas

Os processos de execução e de prestação de contas, ilustrados no fluxograma do APÊNDICE A, concentram maior parte das análises realizadas para esta pesquisa, pois, são nelas que ocorrem as interrupções do ciclo de gestão da política pública.

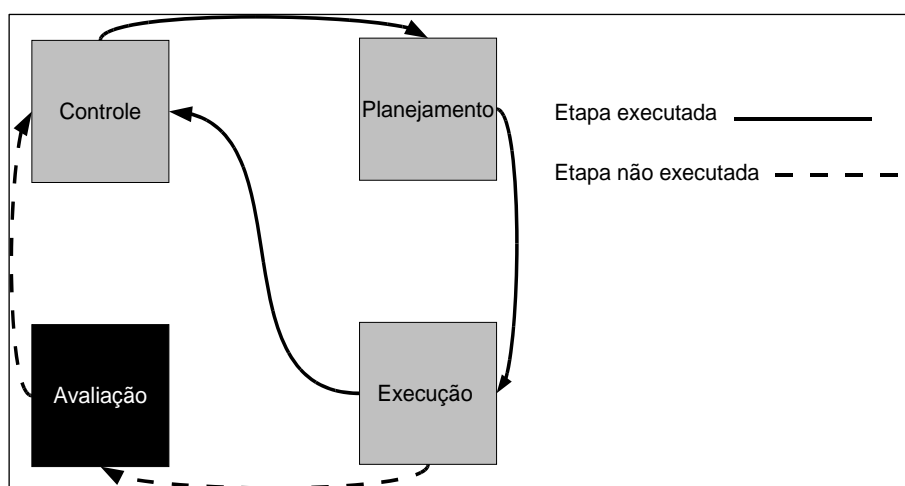


Figura 1: Ciclo de PEAC interrompido  
Fonte: Adaptado de Malmegrin (2012)

A Figura 1 ilustra essa interrupção que ocorre no ciclo de gestão, do financiamento de projetos culturais, desde a criação da política pública em 2008.

O ciclo de gestão, que deveria ser completado com uma etapa de avaliação, retroalimentando a etapa de controle e planejamento fica incompleto. A cada novo ciclo, esses dados são considerados apenas para a etapa de planejamento, estes são superficiais da etapa de controle, obtidos em meio aos processos de concessão e relatórios de prestação de contas.

No APÊNDICE C há um exemplo de relatório de prestação de contas que é utilizado para comprovar a aplicação de recursos. São através destes relatórios que a Fundação Cultural de São Bento do Sul avalia se os recursos distribuídos são aplicados nos fins para os quais foram destinados e se os objetivos previstos nesses projetos estão sendo cumpridos.

Da pesquisa documental nos relatórios de prestação de contas de projetos culturais executados durante o período de 2008 a 2012, conclui-se que o órgão gestor pode extrair diversas informações além daquelas resumidas no Quadro 1.

Observou-se também que há necessidade de complementar o formulário do Relatório de Prestação de Contas para que os proponentes dos projetos informem mais dados sobre a execução, permitindo aos avaliadores determinar o alcance da política pública.

O processo de prestação de contas contemplado pelas análises da Fundação Cultural de São Bento do Sul e do Departamento de Controladoria deve ser modificado para atender aos propósitos das avaliações. Até o momento, estas análises são constituídas por um processo simples de conferência de documentos recebidos nos relatórios de prestação de contas, que são comparados com os projetos aprovados pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura.

Nesse processo de conferência, os únicos dados coletados para o banco de dados de projetos culturais relacionam-se com as movimentações dos documentos entre o órgão gestor e o Departamento de Controladoria, operações que estão descritas nas linhas 21 a 27 do Quadro 1.

## **5 PROPOSTA**

Para propor um modelo de avaliação adequado ao porte da instituição é necessário considerar algumas limitações da instituição que tangem sua estrutura, seus recursos tecnológicos, recursos humanos e sua disponibilidade orçamentária.

O orçamento da Fundação Cultural de São Bento do Sul, representa menos de 0,7% do orçamento da Administração Municipal, aliado a isso, o quadro de pessoal administrativo da Fundação Cultural de São Bento do Sul dispõe de apenas 2 funcionários para desempenhar as funções relacionadas à gestão operacional da instituição, e apenas 1, desempenha as atividades operacionais relacionadas às políticas públicas de financiamento de projetos culturais.

Há ainda uma limitação tecnológica, fruto do orçamento reduzido e que vem se agravando ao passo que a instituição não acompanha a evolução dos sistemas de informações e dos equipamentos de informática.

Considerando essas questões, a solução apropriada para propor um modelo de avaliação é adequar os processos existentes, incrementando-os de forma a atenderem aos objetivos deste trabalho.

O modelo identificado como mais eficaz para a instituição é o modelo pluralista de avaliação, pois, a existência de órgãos deliberativos e descentralizados do órgão gestor, dentro do processo de concessão, “possibilita a aprendizagem coletiva, no qual a qualidade da avaliação é baseada na integração das ideias, produzidas na sociedade e nos debates suscitados” (GUBA; LINCOLN; CORCUFF apud TINÔCO; SOUZA; OLIVEIRA, 2011, p. 310)

## 5.1 DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA

As mudanças organizacionais necessárias para a implantação da avaliação devem passar por três momentos bem distintos.

Em um primeiro momento deverão ser modificados os instrumentos de coleta de dados já existentes, que são os Formulários de Encaminhamento de Projetos Culturais e Formulário de Prestação de Contas.

Na mesma oportunidade, deverão ser criados novos instrumentos de coleta de dados, em forma de questionários direcionados aos Órgãos Deliberativos CMIC e CMPC, a fim de oportunizar o conhecimento de melhorias requeridas pelos membros desses órgãos acerca dos projetos, bem como, coletar informações que sirvam para, na etapa de controle do ciclo de gestão, implantar soluções ou correções para o próximo ciclo.

A modificação dos formulários existentes deverá ser realizada por meio de alteração de Decreto Municipal, pois, estes instrumentos são anexos do Decreto nº 103/2013 que regulamenta a Lei 3152/2013.

Em um segundo momento deverão ser acrescentados campos no banco de dados de projetos culturais respectivos aos novos dados inseridos nos formulários de Encaminhamento de Projetos Culturais e de Prestação de contas.

A atualização do banco deverá ser feita de tal forma que permita não só a coleta de informações dos próximos ciclos mas também dos projetos executados no

período de 2008 a 2012.

Em um último momento, posteriormente a coleta dos dados, através dos relatórios e questionários de avaliação das comissões deliberativas, deverá ser realizada a avaliação.

## 5.2 PLANO DE IMPLANTAÇÃO

Os ciclos de gestão da política pública de financiamentos de projetos culturais tinham até 2012 periodicidades diferentes em função dos mecanismos de distribuição de recursos admitidos pela Lei 1942/2007.

O Mecenato Municipal de Incentivo à Cultura determinava um período de execução aos projetos de no mínimo 1 ano a partir do recebimento da primeira parcela do recurso. Já os Editais de Apoio à Cultura até 2012, previam que projetos aprovados em 2011, por exemplo, deveriam ser executado até o dia 31 de dezembro do mesmo ano, independente da data de liberação dos recursos.

A Lei Municipal 3.152/2013 proporcionou uma facilitação para as avaliações dessa política. A partir deste ano, a Lei de Incentivo a Cultura passou a contar com apenas um mecanismo de financiamento, os Editais. A periodicidade de execução para qualquer projeto aprovado nesses Editais é de um ano, garantindo uma estabilidade para a definição do início e do fim dos ciclos de gestão.

Este arranjo temporal do ciclo de gestão permite à instituição que a avaliação seja realizada anualmente, pois, no início de cada ano haverá elementos suficientes para o planejamento de um novo ciclo.

### 5.2.1 Criação e atualização de instrumentos de coleta de dados

A primeira etapa a ser vencida pela instituição, na implantação do modelo de avaliação Marco Lógico, é a modificação dos Formulários de Encaminhamento de Projetos Culturais e os Relatórios de Prestação de Contas.

É imprescindível que antes de qualquer modificação, os órgãos consultivos, deliberativos e de controle se reúnam para discutir e analisar as necessidades específicas de cada um, mediante o modelo em vigência.

Ao se optar por um modelo pluralista de avaliação, cria-se a necessidade da análise ser referenciada também nas ideias dos principais interessados nessa

política pública - os produtores culturais e artistas locais.

Sendo assim, propõe-se que o órgão gestor convoque uma conferência pública, com o objetivo de estudar esses instrumentos e também criar novos instrumentos capazes de fornecer dados relevantes ao processo avaliativo.

Para auxiliar nesse processo, sugere-se que o órgão gestor discuta com os agentes envolvidos algumas das seguintes propostas:

<b>Formulário de Encaminhamento de Projetos Culturais</b>	<b>Relatório de Prestação de Contas</b>	<b>Novos instrumentos de coleta de dados.</b>
1º Incluir o campo Finalidade para adequação ao modelo Marco Lógico.	1º Incluir campos respectivos aos indicadores propostos no Formulário de Encaminhamento de Projetos.	1º Questionários avaliativos sobre a atividade de avaliação de projetos culturais, aplicados aos membros da CMIC.
2º Criar campos na sessão 4 do formulário(INTFORMAÇÕES TÉCNICAS) que permitam ao proponente especificar de forma pormenorizada os produtos ou serviços os bens gerados a partir do OBJETIVO.	2º Pormenorizar os meios de verificação dos indicadores que são os documentos comprobatórios de despesas, realização de contrapartidas e produção de produtos ou serviços .	2º Estabelecer um canal de comunicação com proponentes durante a execução dos projetos que possibilite a coleta de dados relativos à execução e durante a elaboração da prestação de contas de projetos.
3º Em todos os campos fazer a descrição dos dados que devem ser preenchidos.		
4º Criar sessão específica que relacione os indicadores que serão utilizados para auferir a aplicação dos recursos e a consecução do objetivo dos projetos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicadores para aferição dos resultados obtidos com a execução do objeto e das contrapartidas; e</li> <li>• Indicadores para apurar os setores econômicos que vêm sendo contemplados com os recursos dos projetos.</li> </ul>		

Quadro 2: Propostas de Indicadores e instrumentos de coletas de dados.  
Fonte: (KLUSKA, Setembro/2013)

### 5.2.2 Atualização do banco de dados de projetos culturais, coleta e tabulação dos dados

De posse do resultado da conferência pública o órgão gestor poderá realizar a atualização do banco de dados de projetos culturais e iniciar imediatamente os procedimentos de coleta de dados através dos formulários e relatórios.

A coleta e tabulação dos dados através dos novos instrumentos criados, como questionários e outros relatórios, devem preceder sempre o início de um novo

ciclo de gestão, mesmo que não tenham sido apreciados 100% dos relatórios de prestação de contas do ciclo anterior.

### 5.2.3 Avaliação

É importante para um modelo pluralista de avaliação que se garanta a representação política e o aprendizado coletivo durante esta etapa, por isso, mais uma vez, indica-se que o órgão gestor reúna os implicados na política de financiamento de projetos culturais, e de forma imparcial, extraia as resultantes do ciclo que passou.

Observou-se durante este trabalho que, apesar do esforço do órgão gestor em garantir a supremacia dos interesses públicos nas decisões que envolvem o planejamento da política pública de financiamento de projetos culturais, a atuação das comissões é tímida. Não há uma participação efetiva dos membros devido ao desconhecimento do direito positivo que delimita as ações públicas na área da cultura.

Para que as avaliações através dos modelos pluralistas ganhem efetividade, é necessário que o órgão gestor estimule e forneça a capacitação para estes membros, a fim de colocá-los no mesmo patamar em que se encontram os agentes públicos imersos diariamente nesses conhecimentos.

Tendo atingido certo grau de instrução, o órgão gestor poderá prosseguir com a avaliação através da estrutura matricial do modelo Marco Lógico, concatenando todos os instrumentos de coleta de dados utilizados em um ciclo de gestão.

A seguir se encontra exposto o exemplo da matriz a ser elaborada pelos avaliadores em sua estrutura original, proposta pelo Tribunal de Contas da União:

<b>Descrição</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Meios de Verificação</b>	<b>Pressupostos</b>
<b>FINALIDADE:</b> Definição de como o projeto/programa contribuirá para a solução do problema identificado. Pode ser considerado como o impacto da ação governamental.	Medem o impacto geral do projeto/programa e devem ser especificados em termos de quantidade, qualidade e tempo (grupo social e local, quando apropriado).	São as fontes de informação que se pode utilizar para verificar que os objetivos foram alcançados. Podem incluir material publicado, observação direta, pesquisas de opinião, etc.	Indicam os acontecimentos, as condições ou as decisões importantes necessárias para a sustentabilidade (continuidade no tempo) dos benefícios gerados pelo projeto/programa.
<b>OBJETIVO:</b> Resultado direto a ser obtido a partir da	Descrevem as consequências da realização do objetivo,	São as fontes que o gestor e o avaliador podem consultar para	Indicam os acontecimentos, as condições ou as

geração dos bens e serviços produzidos pelo projeto/programa.	podendo também indicar que existe um problema e sugerir a necessidade de mudanças nos componentes projeto/programa. Devem incluir metas que reflitam a situação ao finalizar o projeto / programa. Cada indicador deve ser expresso em termos de quantidade, qualidade e tempo dos resultados a serem alcançados.	ver se os objetivos estão sendo alcançados. Podem incluir material publicado, observação direta, pesquisa, etc.	decisões, que têm que ocorrer para que o projeto/programa contribua significativamente para o alcance da finalidade.
PRODUTOS: Bens e/ou serviços necessários para a consecução dos objetivos.	Descrições concisas e claras de cada um dos produtos que devem ser concluídos durante a execução. Devem ser expressos em termos de trabalhos terminados (sistemas instalados, pessoal capacitado, bem ofertado, etc.) e especificados pela sua quantidade, qualidade e oportunidade.	Essa célula indica onde o gestor ou avaliador pode encontrar as fontes de informação para verificar se os resultados planejados foram realizados. As fontes podem incluir observação direta, relatórios de auditoria interna, etc.	Indicam os acontecimentos, as condições ou as decisões que têm que ocorrer para que os produtos previstos no projeto/programa alcancem o objetivo para o qual foram realizados.
ATIVIDADES: São as tarefas que o gestor deve executar para gerar cada um dos produtos do projeto / programa e que implicam em custos, listadas em ordem cronológica para cada produto.	Essa célula deverá conter o orçamento para cada produto a ser produzido pelo projeto/programa.	Essa célula indica onde o gestor ou avaliador pode obter informação para verificar se o orçamento foi executado como o previsto. Normalmente constitui o registro contábil da unidade executora.	Indicam os acontecimentos, as condições ou as decisões (fora do controle do gestor do projeto/programa) que têm que ocorrer para que os produtos possam ser gerados.

Quadro 3: Estrutura do marco lógico.

Fonte: (BRASIL; TCU, 2001, p.10)

#### 5.2.4 Considerações finais sobre o plano de implantação

Contempladas todas as etapas de implantação do modelo de avaliação é necessário delimitar algumas práticas para garantir a correta aplicação da metodologia:

- Quanto às responsabilidades pela criação e atualização de instrumentos de coleta de dados, o órgão gestor deve promover um espaço para discussão entre os órgãos envolvidos e demais implicados na política de financiamento



de projetos;

- A responsabilidade em modificar, alimentar e adequar o banco de dados ao modelo de avaliação é exclusiva do órgão gestor;
- É importante que o órgão gestor inicie estudos e faça previsões para implantar sistemas informatizados, que possibilitem a apresentação de projetos em uma plataforma *WEB*, agilizando o acompanhamento durante a execução e a apresentação de relatórios de prestação de contas descomplicados;
- A avaliação deve constituir um processo conjunto, que reúna a CMPC, CMIC e o Órgão Gestor, evitando a predominância de ideologias que interfiram ou direcionem resultados;
- As atribuições do DCPM atualmente estão restritas às atividades de análise de relatórios de prestação de contas, mas que poderia atuar como órgão validador dos resultados auferidos na avaliação, dando suporte e credibilidade ao processo e, ao mesmo tempo, monitorando a execução das atividades finalísticas da avaliação da política pública;
- A divulgação espontânea destes resultados à sociedade deve ser uma forma de monitoramento priorizada. Isso poderia ser feito de forma simples e barata, através da disponibilização de relatórios resumidos no do portal da transparência da Prefeitura Municipal.

### 5.3 RECURSOS

Ao considerar as três etapas da proposta torna-se possível afirmar que apenas a etapa de criação e atualização de instrumentos de coleta de dados demanda de recursos financeiros para a realização de uma conferência pública.

Entretanto, os recursos financeiros não podem ser mensurados neste momento, pois demandam da dimensão que o órgão gestor dará à discussão acerca dos indicadores e instrumentos de coletas de dados.

Com relação aos recursos humanos, é possível afirmar que há necessidade de pelo menos mais um funcionário, para auxiliar na coleta de dados dos relatórios de prestações de contas e formulários de encaminhamento de projetos culturais.

Recomenda-se nesse caso a contratação de um estagiário de nível médio,

que custaria ao município R\$ 233,24 mensais.

#### 5.4 RESULTADOS ESPERADOS

Respeitando as limitações da instituição, adaptou-se o modelo Marco Lógico para realizar a avaliação da política pública de financiamento de projetos culturais.

A execução das etapas previstas neste trabalho deverá proporcionar o complemento do ciclo de gestão das políticas públicas, garantindo que a etapa de controle receba informações fundamentadas e corrija com segurança irregularidades ou desvios de objetivos. Proporciona também soluções para os agentes responsáveis pela etapa de planejamento conforme a ilustração abaixo:

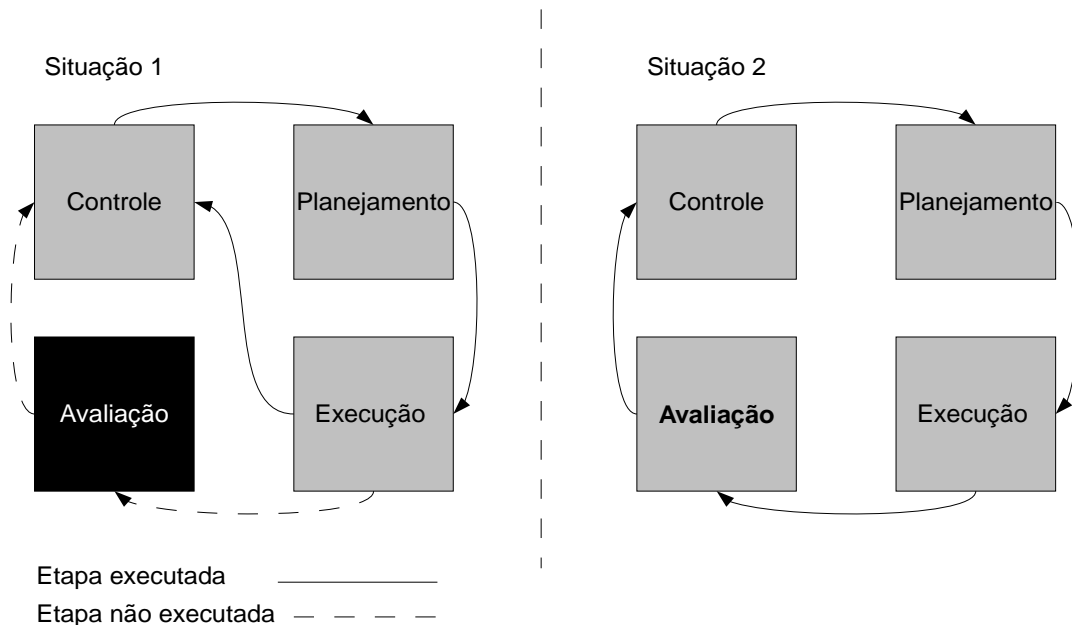


Figura 2: Ciclo de gestão interrompido x Ciclo de gestão completo  
Fonte: Adaptado de Malmegrin (2012)

#### 5.5 RISCOS OU PROBLEMAS ESPERADOS E MEDIDAS PREVENTIVO-CORRETIVAS

Em grande parte, a eficácia desta proposta depende da motivação das

peças beneficiadas pela política pública. Se não houver uma mobilização da sociedade implicada pelas políticas culturais, é bem provável que as avaliações se transformem em mais uma atividade burocrática e não sirva aos propósitos a que se destinam.

Para evitar esta situação, deve-se recorrer inicialmente à formação de uma rede, que interligue todos os órgãos envolvidos, tornando mais fácil e ágil a troca de informações durante e após a implantação da proposta, ao passo que também promova o aprendizado das organizações.

A divulgação da proposta aos produtores culturais do município estimularia a participação destes durante todas as etapas, e principalmente, durante a conferência pública a ser realizada para a criação e atualização dos instrumentos de coletas de dados.

Outro problema que pode surgir durante a implantação da proposta é a criação excessiva de indicadores e instrumentos de coletas de dados. Esse dimensionamento deve ser feito pelo órgão gestor de acordo com a profundidade da avaliação desejada para a política pública.

Nesse sentido, seria de grande valia buscar parcerias com universidades sediadas no município que podem subsidiar com conhecimento, auxiliando o órgão gestor e demais implicados durante esse processo.

Em todas as etapas do ciclo de gestão podem ser feitas avaliações constantes dos processos administrativos, visando promover o melhoramento contínuo da política pública. Na etapa de avaliação, o estudo sobre os procedimentos utilizados também deve proporcionar a adequação das rotinas às modificações impostas em cada ciclo.

## 6 CONCLUSÃO

De uma forma sucinta, este trabalho transcreve etapas que devem ser realizadas pela Fundação Cultural de São Bento do Sul para completar o Ciclo de Gestão da política pública de financiamento de projetos culturais, através da Lei Municipal de Incentivo à Cultura.

Referenciando em estudos sobre o tema se expôs um modelo de avaliação compatível com o porte da instituição, que proporcionará a verificação dos resultados obtidos com a execução de projetos culturais, financiados com recursos do Fundo Municipal de Cultura.

Na busca de referências em meio aos artigos científicos que tratam do tema, o modelo denominado Marco Lógico, “criado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID” (BRASIL; TCU, 2001, p. 7), foi o modelo que se mostrou mais apropriado no acompanhamento dos resultados produzidos pela política pública em questão. Sua aplicabilidade se torna possível devido à possibilidade de adaptar a estrutura já existente na instituição às ferramentas utilizadas no modelo Marco Lógico.

A proposição de uma adaptação do modelo foi realizada com base em informações coletadas durante a pesquisa observacional assistemática que possibilitou a identificação dos processos operacionais executados dentro do ciclo de gestão da política pública. A resultante dessa adaptação, que compreende a modificação do banco de dados de projetos culturais, alteração dos formulários de prestação de contas e de encaminhamento de projetos, bem como, a criação de novos instrumentos de coletas de dados, é uma ferramenta de avaliação adequada ao porte da instituição. A qual deve ser dimensionada de acordo com as limitações tecnológicas e orçamentárias da instituição e às demais variáveis que influenciarão o processo de avaliação.

De maneira geral, concluiu-se que o padrão de avaliação Marco Lógico adaptado para realizar a avaliação das políticas públicas de incentivo à cultura do município de São Bento do Sul pode ser expandido e incrementado a cada ciclo, ele pode se tornar uma avaliação modelo e pode ser adaptado e aplicado na aferição de outras políticas públicas implementadas pela Fundação Cultural de São Bento do Sul.

Os resultados das avaliações das políticas de financiamento de projetos

culturais, além de fomentarem as etapas de controle e planejamento do ciclo de gestão, poderão ser de grande valia para outros estudos que se relacionem de alguma forma com a economia da cultura, com a economia criativa ou com outras políticas públicas na área da cultura.

É possível ainda dar continuidade a este trabalho, incrementando a gestão operacional do Fundo Municipal de Cultura através de estudos relacionados com as etapas de controle e planejamento do ciclo de gestão, almejando resultados mais eficazes para o setor cultural de São Bento do Sul e para a gestão da política pública de financiamento de projetos.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUMPÇÃO, J. J.; CAMPOS, L. M. S. **Avaliação de projetos sociais em ONGs da Grande Florianópolis**: um estudo sobre modelos relacionados ao foco de atuação. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 45, 1, p. 209-2042 jan/fev. 2011. Disponível em: <<http://ebape.fgv.br/publicacoes/rap>>. Acesso em: 30/09/2013.

AULETE, C. **Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa**. 2 ed. Rev. Rio de Janeiro: Lexikon, 2009.

BOLAÑO, C.; MOTA, J.; MOURA, F. **Leis de incentivo à cultura via renúncia fiscal no Brasil**. Políticas culturais: pesquisa e formação. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012. Disponível em: <<http://novo.itaucultural.org.br/explore/observatorio/>> Acesso em: 26/08/2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Relatório 1ª Conferência Nacional de Cultura**. Ministério da Cultura. Brasília, 2006. Disponível em <<http://pnc.culturadigital.br/>>. Acesso em: 28/08/2013.

BRASIL. TCU. **Técnicas de Auditoria Marco Lógico**. Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, Brasília: 2001. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br>> Acesso em: 02/09/2013.

CENEVIVA, R.; FARAH, M. F. S. **Avaliação, informação e responsabilização no setor público**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 46, 4, p. 993-1016 jul/ago. 2012. Disponível em: <<http://ebape.fgv.br/publicacoes/rap>>. Acesso em: 30/09/2013.

CUNHA, C. G. S. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais**: tendências recentes e experiências no Brasil. Trabalho elaborado durante o curso “*The Theory and Operation of a Modern National Economy*”, ministrado na George Washington University, no âmbito do Programa Minerva, em 2006. Disponível em: <[http://www.planejamento.rs.gov.br/upload/Avaliacao\\_de\\_Politicas\\_Publicas\\_e\\_Programas\\_Governamentais.pdf](http://www.planejamento.rs.gov.br/upload/Avaliacao_de_Politicas_Publicas_e_Programas_Governamentais.pdf)> Acesso em: 02/10/2013.

FARIA, C. A. P. de. **A política da avaliação de políticas públicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.

FGV. Ministério da Cultura. **Apostila: Política e Gestão Cultural**. Programa de Capacitação em Projetos Culturais do MinC. Rio de Janeiro, 2011.

ITAÚ CULTURAL, **Incentivo fiscal para a cultura**. Disponível em: <<http://novo.itaucultural.org.br/obs glossario/incentivo-fiscal-para-a-cultura/>> Acesso em: 16/08/2013.

MACHADO, B. N da M. **Os Direitos Culturais na Constituição Brasileira: Uma análise conceitual e política.** Políticas culturais: teoria e práxis. São Paulo: Itaú Cultural ; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em: <<http://novo.itaucultural.org.br/explore/observatorio>> Acesso em: 26/08/2013.

MALMEGRIN, M. L. **Gestão operacional.** 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES : UAB, 2012.

REIS, A. C. F. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável.** 1º Ed. Barueri: Manole, 2007.

RUA, M. G. **Políticas públicas.** 2ª ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

SANTOS, R. C. **Plano plurianual e orçamento público.** 2. ed. reimp. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES : UAB, 2012.

SÃO BENTO DO SUL, Lei **Municipal 1942 de 5 de Setembro de 2007**, São Bento do Sul, 2007.

SEIBEL, E. J.; GELINSKI C. R. O. G. **Concepção do Estado e Escolha da Metodologia de Avaliação de Políticas Públicas.** Revista Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, v. 13, n.102 p. 119-134 jan/jul, 2012.

SESI/DN. **Tecnologia Sesi Cultura e as leis de incentivo:** desenvolvendo competências para busca de financiamento e viabilização de projetos culturais. Sesi/DN: Brasília, 2007.

SOUZA, C. **Políticas públicas:** uma revisão da literatura. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.20, n.59, p. 20-45, out. 2005.

TINÔCO, D. S.; SOUZA, L. M. O.; OLIVEIRA, A. B. **Avaliação de políticas públicas:** modelos tradicional e pluralista. Revista de Políticas Públicas, São Luiz, v. 15, n. 2, p. 305-3013, jul/dez. 2011. Disponível em: <<http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/>>. Acesso em: 30/09/2013.

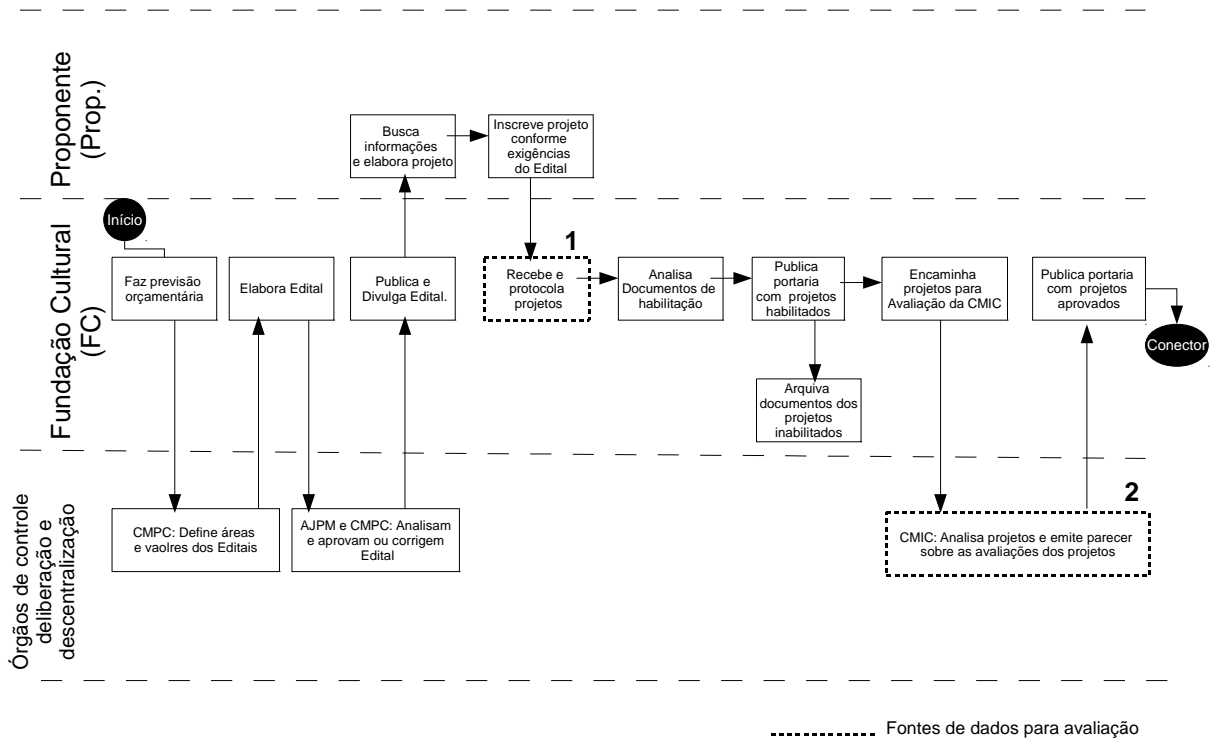
TREVISAN, A. P.; BELLEN H. M. V. **Avaliação de políticas públicas:** uma revisão teórica de um campo em construção. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro 42, (3), p.529-550, maio/jun. 2008. Disponível em: <<http://ebape.fgv.br/publicacoes/rap>>. Acesso em: 29/08/2013.

## APÊNDICES



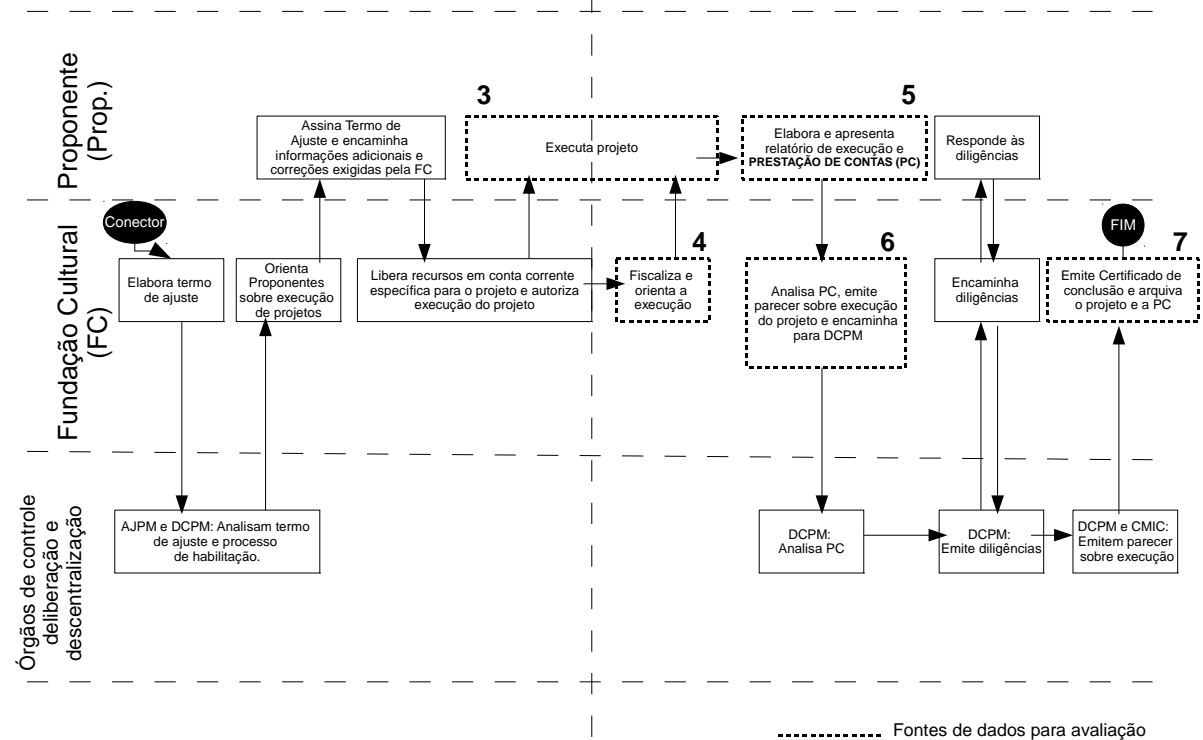
## APÊNDICE A – Concessão, execução e prestação de contas do FMC

### Processo de concessão



### Processo de concessão

### Processos de execução e prestação de contas



## APÊNDICE B – Formulário de Encaminhamento de Projetos Culturais

**FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO DE PROJETOS CULTURAIS / PLANO DE TRABALHO**  
**ANEXO I - EDITAL DE APOIO À CULTURA CONCURSO Nº 002/2013**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL**  
**SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC**  
**FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO BENTO DO SUL - FMC**

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

TÍTULO:	
ÁREA:	MODALIDADE:
( ) I – CIRCULAÇÃO	( ) a) Espetáculos de dança, música, teatro nos bairros; ( ) b) Eventos literários nos bairros; ( ) c) Mostras de artes visuais e cinema nos bairros; ( ) d) Exposições de acervos nos bairros.
( ) II – OFICINAS	( ) a) Capacitação de artistas, produtores culturais e agentes culturais; ( ) b) Iniciação ou continuação artística para o público em geral.
( x ) PROJETO DO EDITAL DE APOIO À CULTURA 002/2013	
Nº SMC:	
<p align="center"><i>Espaço reservado para uso exclusivo da Comissão Executiva do FMC</i></p>	

### 2. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR CULTURAL

#### PESSOA JURÍDICA SEM FINS LUCRATIVOS E DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL

NOME DA ENTIDADE:		
CNPJ:	ENDEREÇO:	
SÃO BENTO DO SUL	UF: SANTA CATARINA	CEP:
TELEFONE: (47)	CELULAR: (47)	
E-MAIL:		
RESPONSÁVEL LEGAL:		
CARGO:	CPF:	RG:

#### PESSOA FÍSICA

NOME:		
ENDEREÇO:		
SÃO BENTO DO SUL	UF: SANTA CATARINA	CEP:
TELEFONE: (47)	CELULAR: (47)	
E-MAIL:		
RG:	CPF:	

TÍTULO:
PROPONENTE:

### 3. OBJETIVO

--

### 4. INFORMAÇÕES TÉCNICAS

4.1. LOCAL (OU LOCAIS) DE REALIZAÇÃO:
4.2. BAIRROS ATINGIDOS:
4.3. PÚBLICO ALVO:
4.4. DURAÇÃO (NÚMERO DE DIAS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO):
4.5. NO CASO DE EVENTO COM DATAS DEFINIDAS: Início ____/____/____ Término ____/____/____
4.6. VALOR UNITÁRIO DO INGRESSO OU INSCRIÇÃO:
4.7. NO CASO DE GRAVAÇÃO FONOGRÁFICA OU CD-ROM: Nº DE CÓPIAS: VALOR UNITÁRIO DE VENDA: R\$
4.8. NO CASO DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL: DURAÇÃO EM MINUTOS: TIPO DE MÍDIA: VALOR UNITÁRIO DE VENDA: R\$
4.9 NO CASO DE EDIÇÃO E PUBLICAÇÃO DE LIVROS: Nº DE EXEMPLARES: EDITORA: VALOR UNITÁRIO DE VENDA: R\$

TÍTULO:

PROPONENTE:

### 5. JUSTIFICATIVA



TÍTULO:
PROPONENTE:

## 6. CONTRAPARTIDA SOCIAL

--

## 7. ESTRATÉGIA DE AÇÃO

--

TÍTULO:
PROPONENTE:

### 8. ORÇAMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					
ORÇAMENTO TOTAL DO PROJETO					R\$
VALOR DO INCENTIVO PLEITEADO					R\$
VALOR PLEITEADO A OUTRAS FONTES					R\$

TÍTULO:

PROPONENTE:

## 9. DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

### 9.1- DA CONTRAPARTIDA SOCIAL:

Declaro para todos os fins, que me comprometo a cumprir integralmente a contrapartida social deste projeto.

### 9.2- DA ABERTURA DE CONTA ESPECÍFICA:

Comprometo-me a providenciar a abertura de conta específica, em nome do projeto, para recebimento dos recursos, após a comunicação oficial da aprovação do mesmo, encaminhando à Fundação Cultural de São Bento do Sul os comprovantes da abertura de conta e saldo zerado.

Declaro que não há nenhum impedimento legal para a realização do procedimento de abertura de conta corrente em meu nome e vinculada ao projeto.

Tenho conhecimento de que todos os gastos do projeto deverão ser efetuados através de transferência bancária direta ao fornecedor do bem ou serviço, conforme estabelecido pela Portaria nº 014/2013 da Fundação Cultural de São Bento do Sul.

### 9.3- DO CUMPRIMENTO DOS ITENS ORÇAMENTÁRIOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS:

Comprometo-me a cumprir os itens orçamentários apresentados e/ou aprovados neste plano de trabalho, bem como apresentar prestação de contas, na forma e nos limites estabelecidos pela legislação regulamentar.

### 9.4- DA AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS E DO CRÉDITO À FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL:

As informações aqui prestadas, tanto no projeto como em seus anexos, são de minha inteira responsabilidade e podem, a qualquer momento, ser comprovadas.

Estou ciente de que caso o apoio ao projeto se concretize, estarei automaticamente obrigado a fazer constar as logomarcas da Prefeitura de São Bento do Sul, e do Fundo Municipal de Cultura em todas as peças promocionais, no produto final ou nos serviços realizados, de acordo com o projeto aprovado.

Estou ciente de que a Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, em todas as suas instâncias, poderá fazer uso das imagens e sons, bem como das contrapartidas sociais relacionadas ao projeto aprovado, por tempo ilimitado, sem quaisquer ônus adicionais.

## TERMO DE RESPONSABILIDADE

Manifesto minha concordância com os termos estabelecidos nestes formulários, comprometendo-me ao cumprimento das exigências da Lei nº 3.152 de 28 de março de 2013 e demais dispositivos regulamentares.

São Bento do Sul / SC \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2013

Nome do proponente ou representante

legal: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

TÍTULO:

PROPONENTE:

# 10. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Atividade	2013												2014											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1																								
2																								
3																								
4																								
5																								
6																								
7																								
8																								
9																								
10																								
11																								
12																								
13																								
14																								
15																								
16																								
17																								
18																								
19																								
20																								



TÍTULO:	
PROponente:	

## 11. PLANO DE DIVULGAÇÃO

Comprometo-me a fazer constar as marcas institucionais da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul e do Fundo Municipal de Cultura em todos os produtos, peças gráficas e de propaganda referentes à mídia e divulgação do projeto, de acordo com o que determina a Lei 3.152 de 28 de março de 2013, Decreto nº 0103/2013 e conforme abaixo especificado.

Meio de Comunicação	Marque "x" no meio de comunicação escolhido	Nome do veículo (empresa) de comunicação	Especificações técnicas da mídia, tamanho, duração, tipo de material, tecnologias utilizadas, etc.	Datas previstas p/ inserções	Nº inserções, cópias, unidades, etc.
TV	( )				
Rádio	( )				
Internet/Website	( )				
Jornal	( )				
Cartaz	( )				
Folder	( )				
Flyer	( )				
Banner/ faixa/ galhardetes	( )				
Convites	( )				
E-mail marketing/ SMS	( )				
* Outros (especificar)	( )				

Assinatura Proponente

Sistema Municipal de Cultura de São Bento do Sul – SMO

TÍTULO:
PROPONENTE:

## OUTROS ANEXOS

PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS AVALIADORES SIGA A ORDEM ABAIXO:

- A. Anexe no mínimo 3 orçamentos para **TODOS** os itens relacionados no seu orçamento;
- B. Anexe os documentos, informações e itens exigidos no item 3.4 do Edital de Apoio à Cultura 002/2013;
- C. Anexe declarações, autorizações e convites;
- D. Anexe outros materiais ilustrativos que ache pertinente.

## APÊNDICE C – Formulário de Prestação de Contas

**ANEXO I - DECRETO 0103 DE 08 DE ABRIL DE 2013**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL**  
**SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC**  
**FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO BENTO DO SUL**  
**FORMULÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

### INFORMAÇÕES GERAIS

**Produtor cultural/Proponente:** (digitar o nome completo, conforme aprovação)

( ) Pessoa física

( ) Pessoa jurídica sem fins lucrativos e de utilidade pública municipal.

**Projeto beneficiado:** (digitar o nome do projeto, conforme aprovação)

Número no SMC:

( ) Projeto do Edital de Apoio à Cultura \_\_\_\_/\_\_\_\_

( ) Projeto da Fundação Cultural de São Bento do Sul

Portaria de Aprovação Nº

Valor solicitado: R\$

Valor repassado: R\$

Data do depósito: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Data de autorização de movimentação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Recebida por:

Prestação de contas recebida pela Com. Ex. FMC

em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Prestação de contas enviada à Controladoria

em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Recebida por:

Prestação de contas enviada à CMIC

em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Recebida por:

APROVAÇÃO FINAL EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Sistema Municipal de Cultura - SMC	RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESA Formulário A			
1 - NOME DO PROJETO:				2 - N.º SMC
3 - PROPONENTE:				
4 - RECEITA	5 - VALOR	6 - DESPESA	7 - VALOR	
8 - TOTAL.....			9 - TOTAL.....	
10 - SALDO (A recolher ao FMC).....				
LOCAL - DATA :				
- NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL:				

**Instruções para preenchimento do formulário A**

**Sistema Municipal de Cultura - SMC**

**INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO  
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESA**

**EXECUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA :** refere-se ao registro das receitas provenientes de Doação ou Patrocínio e resultado da aplicação financeira relativos aos recursos incentivados e, recursos de outras fontes e das despesas realizadas na execução do projeto.

**1- PROJETO :** indicar o nome completo do projeto, conforme consta da Portaria de aprovação.

**2- SMC N.º** indicar o número composto de Ano e número, conforme portaria de aprovação. (Ex: 2008 080)

**3- PROPONENTE:** indicar o nome completo, conforme portaria de aprovação.

**4- RECEITA :** registrar os nomes dos incentivadores e resultados das aplicações financeiras dos recursos incentivados e, a origem de recursos de outras fontes(Lei Estadual e/ou Federal, recursos próprios, resultado de bilheteria ou de venda de produto e outras).

**5- VALOR :** registrar o valor correspondente ao incentivo, resultado mensal das aplicações financeiras dos recursos incentivados e, referente as outras fontes.

**6- DESPESA :** mencionar as metas realizadas, conforme propostas no projeto, identificando com asterisco as metas realizadas com recursos de outras fontes, mencionando em nota de rodapé a origem destes recursos.

**7- VALOR :** registrar o valor, correspondente a cada meta.

**8 - TOTAL :** registrar o somatório dos valores recebidos

**9 - TOTAL:** registrar o somatório dos valores gastos.

**10 - SALDO :** Recolher ao FMIC conforme orientação da Fundação Cultural.



**Instruções para preenchimento do formulário - B**

**Sistema Municipal de Cultura - SMC**

**INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO  
RELAÇÃO DE PAGAMENTOS**

**RELAÇÃO DE PAGAMENTOS:** refere-se ao registro de pagamentos das despesas efetuadas na execução do projeto, à conta de recursos de captação com incentivo da Lei 1.942/07 e de aplicação financeira.

- 1- PROJETO - indicar o nome completo do projeto, conforme consta da Portaria de aprovação.
- 2- SMC N.º - indicar o número composto de Ano e número, conforme portaria de aprovação. (Ex: 2008 080)
- 3- PROPONENTE: indicar o nome completo conforme portaria de aprovação.
- 4- ITEM - enumerar seqüencialmente os pagamentos efetuados.
- 5- CREDOR - registrar a razão social ou o nome do credor constante da Nota Fiscal/Fatura ou Nota Fiscal Avulsa (no caso de pessoa física).  
**OBS.:** no caso de pagamento a pessoa física, recolher os impostos pertinentes ( IR, INSS, ISS ).
- 6- C.N.P.J / C.P.F. - indicar o número de inscrição do credor no Cadastro Geral Contribuintes.
- 7- Nº COMPROVANTE (ORDEM BANCÁRIA) - indicar o número identificador da transferência / pagamento.
- 8- DATA - mencionar a data da transferência.
- 9- TÍTULO DE CRÉDITO : indicar as letras iniciais do título de crédito (N.F. - Nota Fiscal, Fat. - Fatura, Nota Fiscal Avulsa-NFA, etc.) seguido do respectivo número. (Ex.: NF 0457)
- 10- DATA - mencionar a data da emissão do título de crédito (N.F./NFA)
- 11- VALOR: registrar o valor do título de crédito.
- 12- TOTAL: registrar o somatório dos valores dos títulos de créditos relacionados.

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Sistema Municipal de Cultura - SMC

## DADOS DO PROJETO

NOME DO PROJETO	Nº SMC
PROPONENTE	

## TÓPICOS A SEREM ABORDADOS

O Relatório Final do projeto deve ser elaborado; não basta complementar as informações nesta folha, ou, dizer que ocorreu conforme o planejado

## 1. Objetivos e Metas

1.1- Descreva os objetivos e metas realizadas .

1.2- No caso de não ter conseguido atingir na sua totalidade os objetivos propostos, enumere as dificuldades e/ou soluções encontradas.

## 2. Estratégias de Ação

Descreva as etapas realizadas e, no caso de divergências com as propostas, justifique enumerando as soluções encontradas.

## 3. Cronograma Físico

Especifique o período de realização do projeto e no caso de divergências com as datas anteriormente previstas, justifique as alterações.

## 4. Custos do Projeto

- Avalie os custos finais do projeto e justifique possíveis alterações relativas às despesas previstas.
- Detalhar os recursos por fonte.

Ex.: Lei Federal de Incentivo à Cultura	R\$
Lei Estadual de Incentivo à Cultura	R\$
Lei Municipal de Incentivo à Cultura	R\$
Recursos Próprios	R\$
Outras Fontes	R\$
<b>Total</b>	<b>R\$</b>

- Especificar receitas de bilheteria e outras provenientes de vendas de produtos advindas da realização do projeto.